

Boletim Número 17

Data: Março-Abril/2003

EDITORIAL

O décimo sétimo número do Boletim PROEALC chega ao público com o objetivo de debater as graves consequências para todo o planeta das mais recentes ações imperialistas do governo neoconservador de George Bush. Desse modo, nesta edição, apresentamos artigos como Pax Americana, da bolsista Livânia de Oliveira Conceição, e O Imperialismo dos Falcões, do bolsista Reginaldo Machado da Costa Jr.

Além das agressões militares concretas, sem o aval da ONU, contra nações soberanas, o que fere frontalmente todas as premissas das relações internacionais, o renovado imperialismo dos EUA, também se mostra através de formas mais sutis, porém - ao menos para a América Latina - tão ameaçadoras quanto a agressão militar direta.

Como já destacamos em edições anteriores, a ALCA vem sendo divulgada mais como uma imposição do que como uma opção. Por detrás da urgência de Bush para que a ALCA opere já partir de 2005 está o objetivo de neutralizar todas as políticas soberanas e desenvolvimentistas na América Latina. Por isto tanto lhes incomoda um eventual fortalecimento do MERCOSUL, um projeto de integração fora de sua influência, atendendo aos interesses dos membros sul-americanos. Também através desta mesma ALCA se tenta ampliar a intervenção militar dos EUA na Colômbia, e a pressão diplomática para alinhar os governos latino-americanos contra os países demonizados pela Casa Branca. Resumidamente: a ALCA vem camuflando, em negociações econômicas, o remoço do intervencionismo imperialista norte-americano.

Não devemos ignorar que os EUA obtiveram o controle da Base Militar de Manta, no Equador, apoiaram o golpe de Estado na Venezuela e tentaram interferir nas últimas eleições bolivianas. Além disso, os imperialistas vêm aumentando sua intervenção na guerra civil colombiana, enviando cada vez mais "assessores militares" e mercenários da DynCorp (a mesma empresa envolvida no escândalo do tráfico de drogas para financiar os contras da Nicarágua) para combater a insurgência marxista, com o hipócrita argumento do "combate às drogas". Todas estas ações, que afrontam a soberania dos povos sul-americanos, mais recentemente vêm sendo acompanhadas do alarde sobre um "eixo do mal" latino-americano, que seria formado por Cuba, Venezuela e pelo Brasil de Lula. Os EUA não admitem ver sua hegemonia no continente ameaçada e, não respeitando soberanias nacionais, buscam bases militares de onde possam, se necessário manu-militari, impedir que qualquer governo da região contrarie seus interesses. Devemos resistir as pressões imperialistas para a concretização da ALCA, sob pena de termos nosso continente, talvez definitivamente, transformado em uma mera possessão colonial yankee.

Silene de Moraes Freire e Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

Em Foco I

O imperialismo dos falcões

*Reginaldo Machado da Costa Júnior**

Estamos as voltas do primeiro conflito significativo no mundo, no século XXI. A Guerra no Iraque representa tudo o que há de pior na humanidade: a ganância, o desrespeito, o desprezo com o diferente e, sobretudo, a

indiferença com a vida. Guerra esta que poderia ser nomeada por “massacre” devido à estrondosa superioridade militar norte-americana frente ao reduzido poderio militar iraquiano, porém tal conceito teria um significado “Hitleriano”, (qualquer semelhança não é mera coincidência), então chamaríamos de “Terrorismo desinstitucionalizado”. A superioridade norte-americana é demonstrada em números bastante convincentes de que o império não tem outra nação para contrapô-la. Os EUA gastam US\$ 340 bilhões de orçamento militar anualmente, apenas 4% do PIB, somente esta fortuna é maior do que gastam as 12 maiores potências militares do mundo, juntas. Equivale a dez vezes o PIB do Iraque.

O terrorismo desinstitucionalizado não é aquele atentado de “homens bombas sem rostos”, mas aquele terrorismo que não respeita as instituições multilaterais e de representatividade universal. No atual cenário de unilateralismo os participantes são “velhos conhecidos”, são eles: George Walker Bush (atual presidente, talvez seja aquele com menor experiência e poder intelectual); Dick Cheney (vice-presidente, principal motor do gabinete de governo de guerra-americano); Condoleezza Rice (conselheira de Segurança Nacional, a arma secreta de Bush); Colin Powell (secretário de Estado, talvez o mais moderado do grupo, é caracterizado como adepto ao multi-lateralismo); Donald Rumsfeld (secretário de Defesa, executivo mais forte do Pentágono um dos homens mais rudes e antigos da Casa Branca, defensor da tese do “choque e pavor”, isto significa uma guerra com alta tecnologia, rápida e com poucos homens na frente de batalha) e por fim Paul Wolfowitz (vice-secretário de Defesa, este sim o principal articulador e defensor de atacar o Iraque muito antes do 11 de setembro de 2001, defende a tese de atacar o “inimigo” antes de ser “atacado”. Wolfowitz não faz distinção entre pessoas (terroristas) e Estados, todos têm que ser atacados se causarem perigo às pretensões dos E.U.A). Este grupo chamado de Falcões faz parte da Direita Republicana. Eles defendem que os E.U.A têm que impor seu poder no mundo político, estratégico, cultural e economicamente. Os falcões já são conhecidos há muito tempo na Casa Branca, desde antes da Guerra do Golfo de 1991, são também chamados de neoconservadores. Para obter o sucesso de sua cruzada, o petróleo é o principal combustível para fomentar tal investida. Não é por acaso que o Iraque, país da vez, tem a 2ª maior reserva de petróleo do mundo equivalente a 112 bilhões de barris, suficientes para durar 130 anos. Contudo, não podemos focalizar o conflito na mera questão petrolífera, ou em uma tresloucada visão de Bush a respeito do mundo. Tal visão fatalmente reduziria a compreensão dos fatos por completo.

A incursão norte-americana tem a ambição, entre muitas, de: enfraquecer o bloco europeu (União Européia), causando sua conseqüente fratura e o enfraquecimento de sua principal moeda o EURO, pois tal moeda começa a ameaçar o dólar como principal câmbio e referência no mundo; fortalecer seu cambaleante poder político na região do Golfo, pois tem atualmente poucos representantes, Israel, Jordânia e Turquia são os mais representativos, o Iraque se juntaria a esse grupo após a queda de Saddam; com a guerra e a conseqüente “democratização” à moda americana traria a chamada abertura política, econômica e cultural do Oriente Médio, abrindo assim caminhos para as poderosas empresas norte-americanas. Quando mencionamos que o petróleo não é a única questão do conflito, isso é demonstrado no estudo da pesquisadora Valerie Marcel, onde demonstra que a contribuição do Iraque para a manutenção do fornecimento do petróleo do mundo não será imediata. Hoje com as sanções o Iraque responde por 2% do abastecimento mundial com uma produção de 2,3 milhões de barris/dia. Sem as sanções e com a infra-estrutura de transporte restaurada, o país poderia passar a ser responsável por 4% do fornecimento mundial em três anos. Se houver investimento maciço e estabilidade na área (fato pouco provável), a participação poderia chegar a 6% em mais de dez anos. Sem considerar os estragos da guerra atual, o Iraque precisaria de investimentos imediatos de US\$ 5,5 bilhões para voltar a ser o que era antes de 1991. Para aumentar a produção para seis milhões de barris/dia, seriam necessários US\$ 21 bilhões em dez anos. A guerra do golfo em 1991 custou US\$ 80 bilhões divididos entre 30 países, no atual conflito só para a primeira fase são necessário mais de US\$ 74 bilhões um dinheiro que, no máximo, será bancado por dois países. Com tudo isso somando as reconstruções de quase toda infra-estrutura iraquiana e mais as quantias necessárias para botar a pleno vapor a indústria petrolífera, a obtenção do petróleo do Iraque através de uma guerra seria a aventura mais antieconômica jamais levada a cabo na história da humanidade. Os E.U.A podem ser atacados de tudo, menos de falta de racionalidade econômica.

A doutrina Bush de que “QUEM NÃO ESTÁ COM OS NORTE-AMERICANOS ESTÁ CONTRA ELES”, demonstra bem que o Comunismo foi substituído pelo Terrorismo como “inimigo” dos E.U.A e do mundo, dentro da tese norte-americana. A visão política do presidente Bush é anterior aos Estados Nacionais e à noção de soberania dos povos. Ao falar em “salvar o Iraque” ele assume o espírito de missionários enviados à América após o Descobrimento. Também se atribui uma condição típica das potências que partilharam o mundo no final do século XIX. No atual cenário, temos que tomar o máximo de cuidado para não cairmos no fácil e assimilável slogan de “pró-Iraque” e “contra-E.U.A” como num jogo de Bem X Mal, para não cedermos a tentação de aprovar o ditador Saddam Russein com sua cruel ditadura, onde o maior prejudicado, sem

dúvida, é o povo iraquiano que vive a anos sobre um perverso regime, causando a fome e a miséria num país de passado tão glorioso e de uma cultura milenar, descrito por muitos como o berço da humanidade. Neste conflito os principais participantes não são heróis nem mocinhos. O nome Saddam significa em árabe: “aquele que confronta”, o seu nome tem tudo a ver com a sua personalidade. A sua perversa biografia começou na década de 60 onde ele participou de milícias contra o governo, inclusive com o apoio da embaixada norte-americana, ajudou a assassinar mais de 800 comunistas e o presidente da época Abidul Kareem Kasseim. Com tudo isso se tornou referência no país como líder linha dura do partido ba'ath. Em 1968 foi eleito vice-presidente. Com a conseqüente morte do presidente, Saddam se alto proclamou o novo representante do país, e num ato histórico transmitido para todo o Iraque leu em voz alta no plenário iraquiano o nome dos “desertores” que um a um foram convidados a se retirarem e levados à morte. Saddam tem Stálin como ídolo, porém ele não é comunista, e sim admirador das técnicas de tortura e personificação do líder comunista. Com métodos autocráticos Saddam pretendia modernizar o Iraque. Ele invadiu vários países para defender seus interesses, entre eles: o Irã em 1980, ele invadiu o país com todo o apoio do governo Reagan; em 1990 invadiu o Kuwait, com propósitos petrolíferos causando a morte e tortura de vários inocentes kuwaitianos. Perseguiu em seu país, vários levantes no sul matando mais ou menos 10.000 xiitas e ao norte causando refugiados curdos que ainda hoje não tiveram a solução para seus problemas, estes se localizam nas fronteiras da Turquia, Síria e Irã. Com toda essa biografia não seria humano aprovar tal governo, e muito menos retirá-lo as custas de milhares de vidas inocentes. A questão é o modo que os E.U.A querem retirar o ditador do poder. Tal ação, totalmente arbitrária, iguala os invasores a seu grande inimigo, no quesito diferentes formas de perversidade. O povo iraquiano, que sofre há muito tempo os embargos econômicos precisa ter o livre e soberano direito de escolher seu líder ou líderes democraticamente. Qualquer que seja o resultado do conflito o povo iraquiano é, sem dúvida, o principal derrotado. Mas por que os cidadãos do Iraque defenderiam um regime tão tirano? Acima de tudo, Saddam transformou o que era uma das mais prosperas e modernas nações árabes num Estado indigente. Seu aparato terrorista, inspirado no de Stálin, tem torturado, prendido e matado centenas de milhares de pessoas. O ponto chave é que o povo iraquiano, literalmente, está no meio do fogo cruzado. A população é um inimigo oculto para as tropas anglo-americana e escudo humano para a defesa do regime de Saddam Hussein. Para eles que não confiam no E.U.A, será uma escolha entre o seu demônio local e o Grande Satã do mundo. O problema é que cada guerra tem a sua lógica própria. Traumas imediatos suplantam o contexto maior.

Outra questão central é: não existem muitas semelhanças entre o conflito de 1991 e o de hoje. Na guerra do Golfo a ONU legitimou a intervenção com a aprovação do conselho de segurança. No atual conflito, não houve a aprovação porque não existem motivos evidentes para tal intervenção, só a desculpa de guerra “preventiva”, que racionalmente é injustificável. Por isso o presente conflito tem motivos muito mais amplos de imperialismo, afirmação do domínio mundial, superioridade cultural, reafirmação de única nação realmente poderosa econômica e militarmente. Esta guerra insensata e unilateral foi um marco, como a irrupção do nazismo e do comunismo.

Se relembássemos as últimas ocupações norte-americanas no século XX, veremos que o discurso de democracia e promoção da liberdade não se encaixa nas últimas ações norte-americanas. Na primeira metade do século passado, os lanques invadiram e ocuparam militarmente por longos anos, três repúblicas vizinhas latino-americanas – Haiti, Nicarágua e República Dominicana – deixando um legado de prolongadas ditaduras a serviço do capital norte-americano. Historicamente os E.U.A não tem amigos e sim interesses, e foi essa postura que incentivou os norte-americanos a ocuparem esses países. O interesse deles é a liberdade de seu comércio e a prevalência de suas companhias. Com essa postura os lanques desembarcaram em 1912 na Nicarágua, em 1915 no Haiti, e em 1916 na República Dominicana, dando início a ocupações que duraram entre oito anos, como no caso dominicano, e 21, no nicaraguense. Na Nicarágua, em 1936 (três anos após a saída dos fuzileiros norte-americanos), o general Anastásio Somoza instaurou uma ditadura familiar que só seria derrubada em 1979 pela revolução sandinista. Na República Dominicana, o general Leônidas Trujillo tomou o poder em 1930 e só seu assassinato em 1961 abriu caminhos para eleições livres. No Haiti, a ditadura da família Duvalier também governou com as bênçãos dos E.U.A de 1957 a 1986. Sem falar no “patrocínio” na segunda metade do século de ditaduras na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai... Todas essas com nenhuma conotação democrática muito menos libertadora para as populações locais. Os regimes instalados eram fortemente direcionados à garantia do poder das elites intimamente associados com os interesses econômicos norte-americanos. Com tal legado de ocupações dos lanques, nós latino-americanos conhecedores das “intenções libertadoras e democráticas” não nos iludimos com “benévolos discursos”. A incursão no Iraque não passa de mais um capítulo do imperialismo-colonialista-norte-americano a serviço da disseminação e consolidação do capitalismo. Não se trata de uma mudança nas estruturas governamentais e sim na troca de “ditadores”. Os E.U.A estão a procura de um novo “Saddam” mais adepto aos seus interesses.

Como bem mencionou Milan Rai em seu recente livro publicado este ano “Iraqi: plano de guerra” os E.U.A têm três opções: 1a. Saddamismo inferior (seria um líder sunita do partido ba’ath com as mesmas ambições de Saddam escolhido pelos militares americanos, mas tal líder não teria a liderança e carisma do ditador); 2a. Saddamismo sem Saddam (um líder iraquiano ligado diretamente à ditadura de Saddam Hussein, advindo de seu governo, porém com idéias menos autoritárias); 3a. Autoritarismo democrático (general militar americano seria colocado no poder, não democrático que teria a intenção de apaziguar os ânimos entre xiitas e curdos, planejar o desenvolvimento econômico e o aumento das relações com os vizinhos). Neste livro, também é demonstrado em notícias de jornais (pouco divulgados pela mídia) que os E.U.A recusaram a extradição de Osama Bin Laden pelos líderes da Al Qaeda. Em 4 de outubro de 2001 no Dayly telegraph, de acordo com essa reportagem, líderes de dois partidos islâmicos paquistaneses, o Jaamaat-i-islami e o Jamaat-e-islam, negociavam extraditar Bin Laden do Afeganistão para que fosse julgado pelo 11 de setembro. Seria julgado pelo Tribunal Internacional de acordo com as leis islãs. De acordo com a revista Newsweek, o líder do Talibã Mula Omar já tinha concordado com a extradição, não aceita pelos norte-americanos. Tais relatos demonstram bem como fatos decisivos para o entendimento das relações dos E.U.A com o resto do mundo são ocultados pela grande mídia.

No atual cenário, várias questões precisam ser indagadas; Qual será o papel da ONU, OTAN, OMC e de outros Organismos Internacionais?; E a União Européia como reagirá pós-divisão entre seus integrantes?; Qual será o próximo alvo norte-americano? Coreia do Norte, Irã, Líbia, Síria, Cuba, Venezuela ... E qual o papel da América Latina, temos voz no mundo? Continuaremos a ser subalternizados na lista de prioridades dos E.U.A, e também das potências européias? O Brasil teria poder de participação na mediação de conflitos internacionais? Enfim muitas questões vieram à tona e terão que ser aclaradas. O futuro que há pela frente pós-terrorismo-neocolonialista aos moldes do século XIX, não é animador. Sem dúvida, ultimamente, sofremos um retrocesso histórico significativamente absurdo no convívio entre homens e países. Por trás do velho palavreado em torno de valores democráticos, trata-se de uma típica aventura colonial, alimentada por uma visão arrogante e unilateral das relações entre povos que parecia enterrada pela história. Aí temos que remeter ao seguinte relato: A história, como a energia (petróleo) só se transforma; não se extingue.

* Bolsista do PROEALC e estudante da FSS-UERJ

Espaço Aberto

Pax Americana

*Livania de Oliveira Conceição**

O dia 20 de março de 2003, data oficial dos primeiros bombardeios anglo-americanos sobre solo iraquiano, tornou-se ícone do processo de reformulação conservadora pelo qual passa a “Nova Ordem Mundial”, instituída em 1989, após a queda do Muro de Berlim. O ataque unilateral dos Estados Unidos ao Iraque, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU e o respaldo do Direito Internacional, foi um golpe estratégico desferido contra os conceitos de multilateralismo e soberania nacional, presentes nas relações internacionais até então. Neste sentido, também podemos afirmar que a aparente des-ordem (DIZ, 2001) do atual cenário histórico reflete mais uma etapa na agenda neoliberalizante do capitalismo contemporâneo.

A nova guerra, sustentada por falsas premissas, nada teve a ver com armas de destruição em massa ou a queda de um regime autoritário. Na realidade, o conflito é parte integrante de uma contra-ofensiva dos EUA para a manutenção de sua pax sobre o resto do planeta. Em nosso mundo unipolar, o acentuado desequilíbrio de poder – leia-se bélico, econômico e conseqüentemente político – entre a superpotência e o conjunto dos demais países, está sendo utilizado para salvaguardar os interesses hegemônicos do governo de Washington e de grupos econômicos norte-americanos ligados às áreas petrolífera, armamentista e de construção civil. Por trás dessa grande mobilização transnacional, encontra-se a convivência-militante de algumas nações oportunistas.

Os fatores desencadeantes da recente invasão ao Iraque certamente não foram os divulgados pelos meios de comunicação. “Por estarmos na era do subjetivismo, da opinião, que se impõe em detrimento da investigação,

a mídia (exceções sempre existem) está mais preocupada com a espetacularização dos fatos do que com a essência dos mesmos” (FREIRE, 2002). Segundo o professor Said Barbosa Dib, em seu artigo “As verdadeiras razões de Bush”, no âmbito da movimentação belicista da Casa Branca estão dois fatores: a manutenção do dólar como moeda padrão nas transações comerciais e a ascendente crise econômica dos EUA.

Dib alerta que a escolha do Iraque – segunda maior reserva de petróleo do mundo – como inimigo norte-americano do momento, não foi motivada pelo “caráter texano caricato de Bush, nem por uma questão de segurança nacional”. Na óptica dos Estados Unidos, Saddam Hussein se tornou letal a partir de novembro de 2000, quando resolveu trocar o dólar pelo euro nas negociações petrolíferas de seu país. Ao substituir os petro-dólares pelos petro-euros, o ditador iraquiano inaugurou um perigoso precedente, que questionava a supremacia monetária yanque na ordem econômica globalizada, dando um péssimo exemplo aos demais membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e a países periféricos como o Brasil.

Outro ingrediente acrescido a este caldeirão efervescente, foi o aprofundamento da crise no centro do imperialismo mundial. Desacreditada pelas fraudes corporativas e por um déficit orçamentário de 304 bilhões de dólares para o ano fiscal de 2004; atormentada pelos espectros da recessão e da crise dos combustíveis fósseis – em 2020 sua dependência ao petróleo estrangeiro chegará a 66% - a maior economia capitalista de todos os tempos, a americana, desencadeou uma ofensiva recolonizadora como forma de revitalizar-se, necessitando “desesperadamente de um regime servil na histórica Mesopotâmia”.

Essa moderna reação imperialista está fartamente munida de um arsenal político-ideológico e de propagandistas muito bem remunerados; uma clara demonstração de que as idéias estão enraizadas na história, surgindo, se desenvolvendo e interferindo de acordo com o contexto histórico. A própria divergência entre os representantes do capitalismo avançado quanto à utilização ou não da força contra o regime de Bagdá denota um choque interimperialista. Descortinando-se as preocupações pacifistas, humanistas e democratizantes, encontramos objetivos econômicos. Conforme Mônica Waldvogel, “Uma vista d’olhos no mapa de produção petrolífera do Iraque mostra que sob Saddam as companhias norte-americanas ficaram de fora do jogo. E que as empresas de Inglaterra, Espanha, Itália e Austrália – os países do eixo de Bush – estavam mal situadas, com parcelas pouco significativas da produção. Enquanto isso, empresas russas e francesas exploravam gigantescos campos do combustível. Quem queria a guerra dominava uma produção de 800 mil barris/dia e quem estava contra a guerra, mais de 3,5 milhões de barris/dia”. Nesse embate entre titãs, as perdas humanas, arqueológicas e ambientais são sempre subestimadas, sendo contabilizadas como danos não esperados e, até certo ponto, inevitáveis.

No entanto, nem tudo está dentro da ordem. As manifestações populares contrárias à guerra e o crescente sentimento antiamericano sinalizam o descontentamento de milhares de pessoas ao redor do planeta. Com a crise de credibilidade/funcionalidade de foros multilaterais como a Organização das Nações Unidas, hoje, resta-nos apenas o instrumento do veto moral para demonstrar a nossa indignação, e a esperança de que o mesmo possa se transformar em projeto político capaz de abalar a Pax Americana.

* Bolsista PROEALC e graduanda da FSS-UERJ

Livros lançamentos

Revista (SYN)THESIS especial PROEALC: América Latina no Início do século XXI (Vendas no PROEALC - UERJ, sala 8019E)

Este é o segundo número especial dos Cadernos (Syn)Thesis organizado pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). O primeiro foi editado no ano de 1999, pelo coordenador anterior do Programa. Tal edição abordou a questão: “Violências, percursos e tensões na América Latina do final do século XX”.

A presente publicação chega ao público no início do século XXI, momento em que temos diante de nós um dos maiores desafios de toda nossa história. As transformações econômicas, sociais e políticas regressivas das

últimas décadas do século XX provocaram um processo de fragmentação e exploração social assustador. Nesse contexto, somos desafiados a reatualizar a compreensão do tipo de sociedade latino-americana que emerge das experiências neoliberais, das desregulamentações, da exclusão dos direitos, do debilitamento das instâncias democráticas de nossas sociedades. Tal desafio exige a elaboração de propostas alternativas que não signifiquem um simples regresso às etapas históricas superadas na região, frente a essas questões, faz-se necessário resgataremos a capacidade de elaboração teórica do pensamento social crítico latino-americano.

A organização deste número se reveste de um significado especial no processo de atualização e redimensionamento pelo qual vem passando o Programa de Estudos de América e Caribe sob nova coordenação. Reestruturações pressupõem avanços, recuos, avaliações, possibilidades de novos rumos. Com o lançamento deste número especial nosso Programa vê realizado um anseio já relativamente antigo de não apenas manter, mas sobretudo ampliar os canais de divulgação de sua produção, que hoje já conta com Boletins bimestrais, home-page e livros.

Os artigos desta edição especial dos Cadernos (Syn)thesis apresentam parte da produção dos pesquisadores associados e membros da equipe do PROEALC. Nela optamos por reunir em torno de dois temas centrais: Políticas Educacionais, Democracia e Integração Regional na América Latina e Políticas Neoliberais, Conflitos e Movimentos Políticos na América Latina, alguns artigos que oferecem uma visão geral dos estudos realizados pelo Programa.

Desse modo, nesta edição encontram-se artigos de jovens pesquisadores bem como renomados estudiosos da América Latina. Ultrapassando os muros da Universidade, esse (Syn)theses Especial contempla questões presentes neste início de século, pertinente aos que se ocupam de problemáticas referentes as possibilidades e perspectivas de construção e consolidação de uma ordem democrática na América Latina.

Silene de Moraes Freire

Agenda Acadêmica

• 51o Congreso Internacional de Americanistas - "Repensando las Américas en los umbrales del siglo XXI". Santiago, Chile, 14-18 Julio 2003. Simpósio: EPS-17 (Estudios Políticos, Sociales y Económicos - EPS. Título: Desarrollo, Democracia y Integración en América Latina. Coordenação Geral: Dra. Silene de Moraes Freire. Informações no PROEALC.

Expediente

Reitor

Profª Nilcéia Freire

Vice-reitor

Profº Celso Pereira de Sá

Sub-reitor de Graduação

Profº Dr. Isac José Vasconcellos

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Profª Dra. Maria Andréa Loyola

Sub-reitor de Extensão e Cultura

Profº Dr. André Lázaro

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Profª Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Coordenadora do PROEALC

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistentes Editoriais

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ) e Rosane Rezende de Lima

(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Aline Silveira de Assis (FSS/UERJ), Bruno Jorge de

Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ), Douglas

Ribeiro Barboza (FSS/UERJ).

Colaboradores

Livânia de Oliveira Conceição (FSS/UERJ) e Reginaldo

Machado da Costa Jr. (FSS/UERJ).

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)